



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006896-66.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Alan Rodrigo Rubbo**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Alan Rodrigo Rubbo move(m) ação contra DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO pedindo a anulação do 'ato administrativo que bloqueou o prontuário' do autor e a 'anulação do processo administrativo nº 02124-6/2013", sob o fundamento de que foram feridos princípios do devido processo legal e ainda não transitou em julgado a decisão final.

Contestação apresentada.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, porquanto a única cabível era a documental, cuja oportunidade para juntada, pelo autor, já transcorreu – seja porque deveria tê-la apresentado com a petição inicial, seja em razão do Item 2 da decisão

1006896-66.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de fls. 24/25.

A propósito, reproduzo o Item 2 da decisão de fls. 24/25:

"2. Tem-se percebido um aumento não justificado no número de ações movidas contra órgãos e entidades que fazem autuações de trânsito, ou contra o Detran, com fundamento em irregularidade no âmbito administrativo, sem a juntada da cópia integral do processo administrativo.

O juízo vinha atribuindo ao respectivo demandado o ônus de apresentar referida cópia, na perspectiva de que se deveria presumir a veracidade da alegação vertida na inicial.

Todavia, a experiência tem demonstrado o equívoco na premissa acima.

Em quase todas as causas se constatou a regularidade formal do procedimento.

Ora, se o usual é a regularidade no processo administrativo, reforça-se ainda mais a presunção de legalidade e veracidade do ato administrativo e, como consequência, justifica-se racionalmente a distribuição normal do ônus probatório, com a atribuição à parte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

demandante do ônus de comprovar o fato por si alegado.

Noutro giro, jamais se teve a demonstração de algum obstáculo relevante para o particular obter cópia integral do processo administrativo extrajudicialmente. Há um conjunto de disposições, no ordenamento jurídico, que lhe asseguram o acesso a essa cópia, desde o art. 5º XXXIII da Constituição Federal, e inexistente qualquer razão objetiva para se supor que o órgão ou entidade pública cria dificuldades.

Por tais razões, atribuo à parte autora o ônus de juntar aos autos cópia integral do(s) processo(s) administrativo(s) em relação ao(s) qual(is) aduz a existência de irregularidade(s)."

Ora, a despeito do acima transcrito, o autor não trouxe a prova documental mencionada, deixando de comprovar tanto que não transitou em julgado a decisão administrativa, quanto que houve irregularidades no procedimento.

Julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 11 de setembro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**